

## UMA NOVA VISÃO PARA REGIONALIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO ÁRABE

### *A New Vision for the Regionalization of Arab Labour Market*

*Silvia Regina Ferabollí<sup>1</sup>*

#### **Uma nova visão para regionalização do mercado de trabalho árabe**

Em abril de 2016, a Arábia Saudita anunciou ao mundo o Saudi Vision 2030, um ambicioso plano de reformas que visa reduzir a dependência do país em relação ao petróleo. Dentre as principais medidas anunciadas, a que mais atraiu a atenção internacional foi a possível transformação do Public Investment Fund, o gigantesco Fundo Soberano de Riqueza saudita, no maior fundo de investimentos do mundo, com ativos de 2 trilhões de dólares, meta essa que deve ser alcançada com a venda de cerca de 5% da Saudi Aramco, a estatal petrolífera do reino. Contudo, para os mais de nove milhões de trabalhadores migrantes estabelecidos na Arábia Saudita, a possibilidade de obter um *green card*, com direitos de residência e trabalho de longa duração, é a mais importante das reformas propostas no Saudi Vision 2030. Além disso, para os mais de vinte e dois milhões de expatriados que hoje trabalham nos demais países membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), a expectativa é de que as reformas no mercado de trabalho saudita se estendam também para o restante do CCG. Essa expectativa é ainda maior para os quase cinco milhões de trabalhadores migrantes árabes baseados no Golfo<sup>2</sup>, visto que o primeiro pilar sobre o qual se assenta a Saudi Vision 2030 é de que o reino é o centro dos mundos árabe e muçulmano. Qual o impacto dessa nova conjuntura para o futuro da regionalização do mercado de trabalho árabe? Essa é a questão central a ser discutida nesse breve artigo, o qual apresenta, analisa e discute os dados disponíveis sobre trabalhadores migrantes árabes no CCG, a importância das remessas desses trabalhadores para seus países de origem, o impacto que as políticas de nacionalização da força de trabalho do Golfo podem ter sobre a comunidade árabe expatriada na região e a possibilidade de reversão na tendência de substituição de mão de obra árabe por aquela asiática no CCG.

---

<sup>1</sup> Doutora em Política e Estudos Internacionais pela School of Oriental and African Studies, SOAS, University of London. É autora do livro *Relações Internacionais do Mundo Árabe: os desafios para a realização da utopia pan-arabista*, já em sua segunda edição (Juruá 2009; 2013) e de *Arab regionalism: a post-structural perspective* (Routledge 2014). Atualmente, é professora de Relações Internacionais na Uniritter. (silviaferabolli@terra.com.br).

<sup>2</sup> Estima-se a existência de pelo menos 22 milhões de trabalhadores migrantes árabes baseados nos países membros do CCG (Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã). Desse total, pelo menos 5 milhões seriam oriundos de países árabes não-membros do CCG. A estimativa é de que dentre o total supracitado de 22 milhões, pelo menos 9 milhões estariam trabalhando atualmente na Arábia Saudita. Ver: GLMM (2016), World Bank (2015), ESCWA (2015) e ESCWA (2014).

Embora o Golfo árabe (*al-khalij*) tenha atraído trabalhadores migrantes desde os primórdios da exploração petrolífera no local, que datam de meados do século XX, o afluxo maciço desses trabalhadores para a região começa na década de 1970, como resultado do aumento excepcional nas receitas do petróleo durante e após o chamado choque do petróleo de 1973-74. Os países árabes exportadores de mão de obra (como Egito, Iêmen, Síria e Jordânia) historicamente se beneficiaram do capital oriundo das remessas de seus trabalhadores migrantes estabelecidos no Golfo, remessas essas que se tornaram a principal fonte de financiamento externo privado, muito superior ao Investimento Direto Externo (IDE) e à Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) promovidos pelos grandes doadores do Golfo (ESCWA 2015). De fato, os países árabes exportadores de mão de obra são vistos por muitos analistas como os maiores beneficiários da regionalização dos mercados de trabalho árabes porque a emigração "comprovadamente reduz o desemprego, aumenta salários e reduz a pobreza nos países de origem" (Richards; Waterbury 2008, 397). Além disso, as remessas são uma fonte crucial de reservas cambiais que desempenham um papel vital na melhoria da balança de pagamentos. A Síria, por exemplo, se beneficiou por décadas do fluxo constante de divisas proveniente do Líbano e do CCG, com a maior parte desse capital sendo transferido diretamente para membros da família do trabalhador migrante, que recorrem a essas remessas para atender a necessidades básicas de saúde, alimentação e educação (IOM 2010). Na Jordânia, tendo o ano de 2007 como referência, as remessas de trabalhadores migrantes baseados no CCG foram responsáveis por pelo menos 18% do PIB do país (ESCWA 2008, 26). Embora estes números pareçam impressionantes, eles são ínfimos perto daqueles dos anos imediatamente anteriores à Guerra do Golfo, quando as remessas foram equivalentes a 10% do PIB do Egito (uma economia muito maior do que a jordaniana) e mais de 30% do PIB iemenita (Richards; Waterbury 2008, 397).

A expulsão de centenas de milhares de trabalhadores árabes do CCG e sua substituição por trabalhadores asiáticos, após a Guerra do Golfo, como forma de punição pelo apoio prestado por alguns governos e pela "rua" árabe à invasão iraquiana do Kuwait, foram devastadores para vários países árabes exportadores de mão de obra. Contudo, mesmo que a Guerra do Golfo tenha prejudicado diversas redes migratórias, os mercados de trabalho no CCG continuam a desempenhar um papel fundamental no fornecimento de oportunidades de trabalho para milhões de trabalhadores de países árabes com excedente de mão de obra, com as remessas permanecendo uma fonte crucial de moeda estrangeira na região (ESCWA 2015). Na verdade, o declínio do volume das remessas desde a Guerra do Golfo está lentamente sendo revertido. Dados da ESCWA (2005 e 2014) revelam que o fluxo de capital oriundo do trabalho migrante árabe no CCG tem aumentado em vários países árabes exportadores de mão de obra, com números totais que podem ultrapassar os 20 bilhões de dólares anuais. Além disso, alguns dados recentes sobre as remessas dos trabalhadores egípcios baseados em países do CCG revelam que essas aumentaram em 160 por cento entre 2003-04 e 2006-07, de pouco mais de 1,2 bilhões de dólares para mais de 3 bilhões de dólares (Mohieldin 2008, 1). No ano de 2010, o montante anual chegou a 6 bilhões de dólares (ESCWA 2014).

Estes números devem, no entanto, ser consideradas pelo o que são – mínimos, ao invés de níveis reais de remessas intra-árabes, já que "algumas estimativas de remessas não-oficiais egípcias são mais que o dobro dos fluxos oficiais" (Richards; Waterbury 2008, 398). Em meados da década de 1980, Choucri (1986, 704)

alegava que a maior parte das remessas eram "literalmente carregadas na mão". Na verdade, mesmo que as reformas realizadas em muitos países árabes na década de 1990 possam ter mudado esse cenário até certo ponto, é amplamente aceito que, mesmo hoje, a parcela de remessas "capturadas" pelos governos árabes, ou seja, os fluxos registrados oficialmente, são apenas uma fração do total enviado pelos trabalhadores migrantes aos seus países de origem (ESCWA 2014). No entanto, uma dimensão da magnitude dessas remessas pode ser compreendida a partir dos dados oferecidos pelo estudo realizado por Majid Al-Moneef (2006) sobre o tema, o qual revelou que apenas durante o período de 1973-2004 as remessas acumuladas de trabalhadores árabes baseados no CCG alcançaram 189 bilhões de dólares – somente em números oficiais.

No que concerne ao número de trabalhadores migrantes árabes no CCG, a imprecisão dos dados disponíveis impede qualquer estimativa fidedigna da magnitude das migrações, isso porque os países do CCG, em geral, não publicam dados oficiais sobre suas populações, nem ao menos aquelas mais básicas relativas à demografia, como natalidade, mortalidade, migrações, etc. (Winckler 2009, 17). Essa negligência estatística é resultado de uma decisão política calculada, não de problemas técnicos comuns. A supressão de dados sensíveis tem a intenção final de "disfarçar a enorme percentagem de população estrangeira" (Baldwin-Edwards 2011, 2-3). Além disso, os dados sobre populações migrantes também são escassos em virtude da falta de registro dos membros da família do trabalhador migrante, normalmente sem permissão de trabalho, e o número considerável de trabalhadores migrantes irregulares (Winckler 2009). Mesmo tendo-se em mente essas limitações, estima-se que existam cerca de cinco milhões de trabalhadores árabes contratuais empregados no CCG (ESCWA 2015, 110), o número "real", no entanto, poderia facilmente ser duas vezes maior do que esse. Ainda, dados apresentados pela Organização Internacional do Trabalho e pela Organização Árabe do Trabalho (ver Baldwin-Edwards 2011) revelam que a presença de trabalhadores migrantes árabes no CCG varia muito. Em números de 2005, em grande medida corroborados pelo último relatório da ESCWA (2015) sobre o tema, Bahrein, Omã e Emirados Árabes Unidos têm uma proporção muito baixa de trabalhadores árabes (cerca de 12%, 5% e 8%, respectivamente) em relação ao total de sua força de trabalho expatriada. No entanto, no Kuwait, Catar e Arábia Saudita, há uma presença muito maior de trabalhadores árabes (cerca de 30%, 40% e 31%, respectivamente). E é exatamente nesses países, especialmente na Arábia Saudita, que as políticas de nacionalização da força de trabalho se choca com a importância contínua da escala regional para os mercados de trabalho árabes.

A nacionalização da força de trabalho no CCG (saudização, omanização, emiratização, dependendo do país) inclui várias políticas institucionais destinadas a conter o fluxo de estrangeiros para o Golfo com vistas a aumentar as oportunidades de trabalho para os nacionais. Essas políticas incluem desde a limitação do número de vistos com permissão de trabalho e licenças para contratação até a criação de quotas, proibições, taxas e restrições para autorização de residência para as famílias do trabalhador migrante e transferências de emprego, além da reforma do chamado sistema *kafala*, onde trabalhadores ficam em dívida com os empregadores que patrocinaram seus vistos (ver Kapiszewski 2001; Girgis 2002; Baldwin-Edwards 2011). Estas medidas devem impactar de maneira desproporcional os trabalhadores migrantes árabes, visto que a eles pertencem os postos de trabalho que cidadãos do CCG almejam. Como explica Girgis (2002), grande parte da

força de trabalho asiática está alocada na realização de trabalhos braçais (como serviços domésticos e construção civil) que não são do interesse dos *khalijis* (nacionais do Golfo) ou são trabalhadores altamente especializados cujas funções não podem ser facilmente desempenhadas pelos nacionais. Já os árabes trabalham em setores que permitem a sua rápida substituição por *khalijis*, visto que são professores de todos os níveis, burocratas, engenheiros, advogados, executivos, contadores, médicos, pesquisadores, etc. No entanto, mesmo que todos os membros do CCG tenham desenvolvido alguma estratégia de incentivo à nacionalização da mão de obra nos últimos anos, o único país que pode ter alcançado algum sucesso com essa política é a Arábia Saudita – e mesmo assim, não se sabe ao certo se essas práticas se sustentam no longo prazo (Baldwin-Edwards 2011, 50). De qualquer maneira, a Saudi Vision 2030 é explícita em relação à ambição do reino de garantir emprego aos milhões de jovens com menos de 25 anos que compõem praticamente metade de sua população.

Um dos objetivos que o Saudi Vision 2030 pretende alcançar com sua estratégia de concessão de vistos de residência e trabalho de longa duração para seu exército de trabalhadores migrantes é garantir que os salários que esses trabalhadores recebem no país sejam gastos localmente e não remetidos quase que integralmente para seus países de origem, como acontece atualmente. Essa renda interna extra contribuiria para o dinamismo econômico necessário à efetiva implementação do projeto saudita de nacionalização de parte de sua força de trabalho. Contudo, em relação aos seus homólogos asiáticos, os trabalhadores árabes estabelecidos no Golfo gastam uma proporção muito maior de sua renda em seu país de acolhimento, provavelmente porque migram acompanhados por suas famílias, ao contrário dos trabalhadores asiáticos, o que os permite mais facilmente se estabelecer e se adaptar ao estilo de vida *khaliji* – “esse fato, por si só, poderia justificar a adoção de políticas preferenciais em relação aos trabalhadores árabes, dada a sua contribuição como consumidores para a economia do país de acolhimento” (ESCWA 2014, 40). Dessa forma, se existe qualquer possibilidade de reversão na tendência de substituição de mão de obra árabe por aquela asiática no CCG nas próximas décadas, essa será fruto da percebida capacidade que os trabalhadores árabes têm de contribuir de maneira mais plena com o desenvolvimento econômico saudita e, possivelmente, com aquele do CCG, consumindo e investindo na região.

Não há dúvidas de que as políticas de nacionalização da força de trabalho no CCG terão um impacto profundo sobre os trabalhadores migrantes árabes, mas decisões políticas pactuadas em fóruns como a Organização Árabe do Trabalho, o Conselho Econômico e Social da Liga Árabe e o próprio Conselho de Cooperação do Golfo podem promover formas de realocação e acomodação desses trabalhadores dentro do próprio CCG, inclusive substituindo parte da força de trabalho asiática por aquela árabe. Ao receberem incentivos para permanecer na região e nela investir a maior parte de seus ganhos laborais, os trabalhadores migrantes árabes podem se transformar na força complementar necessária para garantir o sucesso das políticas de nacionalização da mão de obra *khaliji*. Ou seja, o êxito dessas políticas, e da própria Saudi Vision 2030, também passa pelo aprofundamento da regionalização do mercado de trabalho árabe, algo que requer muita vontade política – e visão.

## BIBLIOGRAFIA

- AL-MONEEF, M. (2006). The contribution of the oil sector to Arab economic development. Paper presented at the High-level Round Table Partnership for Arab Development: A Window of Opportunity. Vienna: **OFID Pamphlet Series** 34, May 5 2006.
- BALDWIN-EDWARDS, M. (2011). Labour immigration and labour markets in the GCC countries: national patterns and trends. Research Paper. **Kuwait Programme on Development, Governance and Globalisation in the Gulf States**. March. n. 15.
- CHOUCRI, N. (1986). The Hidden Economy: A New View of Remittances in the Arab World. **World Development**, 14(6), p. 697-712.
- ESCWA (2005). Economic and Social Commission for Western Asia. **Annual Review of Developments in Globalization and Regional Integration in the Countries of the ESCWA region**. New York: United Nations Publication.
- ESCWA (2008). Economic and Social Commission for Western Asia. **Annual Review of Developments in Globalization and Regional Integration in the Countries of the ESCWA region**. New York: United Nations Publication.
- ESCWA (2014). **Arab Integration: A 21st Century Development Imperative**. New York: United Nations Publication.
- ESCWA (2015). **Assessing Arab Economic Integration: Towards the Arab Customs Union**. New York: United Nations Publication.
- GLMM (2016). GCC total population and percentage of nationals and non-nationals in GCC countries (latest national statistics, 2010-2015). Gulf Labour Markets and Migration. Disponível em: <http://gulfmigration.eu/total-population-and-percentage-of-nationals-and-non-nationals-in-gcc-countries-latest-national-statistics-2010-2015/>. Acesso em 05/06/2016.
- GIRGIS, M. (2002). National Versus Migrant Workers in the GCC: Coping with Change. In: HANDOUSSA, H.; TZANNATOS, Z. (eds.) **Employment Creation and Social Protection in the Middle East and North Africa**. Cairo: The American University in Cairo Press, p. 95-120.
- IOM (2010). Intra-regional labour mobility in the Arab world. International Organization for Migration. Disponível em: [http://publications.iom.int/system/files/pdf/alo-iom\\_intra-regional\\_labour\\_mobility\\_en.pdf](http://publications.iom.int/system/files/pdf/alo-iom_intra-regional_labour_mobility_en.pdf). Acesso em 05/06/2016.
- KAPISZEWSKI, A. (2001). **Nationals and Expatriates**. Reading: Ithaca Press.
- KAPISZEWSKI, A. (2006). Arab versus Asian migrant workers. **United Nations Expert Group Meeting on International Migration and Development in the Arab world**. Beirut: Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 15-17 May.
- MOHIELDIN, M. (2008). Neighbourly Investments. Finance and Development. **International Monetary Fund**. December, Vol. 45, n. 4, p. 40-41.
- RICHARDS, A.; WATERBURY, J. (2008). **A Political Economy of the Middle East**, 3rd ed. Boulder: Westview Press.
- WINCKLER, O. (2009). **Arab Political Demography**, 2nd ed. Brighton: Sussex Academic Press.
- WORLD BANK (2015). Will falling oil prices lead to a decline in outward remittances from GCC countries? Disponível em: <http://blogs.worldbank.org/peoplemove/will-falling-oil-prices-lead-decline-outward-remittances-gcc-countries>. Acesso em 05/06/2016.

*Recebido em 19 de junho de 2016.*

*Aprovado em 14 de julho de 2016.*

## **RESUMO**

Nesta breve análise de conjuntura, o anúncio do Saudi Vision 2030 será o ponto de partida para uma reflexão sobre a situação dos trabalhadores migrantes árabes no CCG, a importância das remessas desses trabalhadores para seus países de origem, o impacto que as políticas de nacionalização da força de trabalho do Golfo podem ter sobre a comunidade árabe expatriada na região e a possibilidade de reversão na tendência de substituição de mão de obra árabe por aquela asiática no CCG.

**Palavras-chave:** Saudi Vision 2030; CCG; migrações intra-árabes.

## **ABSTRACT**

In this brief scenario analysis, the announcement of the Saudi Vision 2030 will be the starting point for a reflection on the situation of the Arab migrant workers in the GCC, the importance of these workers' remittances to their countries of origin, the impact the nationalization policies of the Gulf workforce can have on the Arab expatriate community in the region and the possibility of reversing the trend of substituting Arab for Asian labour in the GCC.

**Keywords:** Saudi Vision 2030; GCC; intra-Arab migration.